

Governo tenta viabilizar nos EUA o acordo com FMI

Sandro Silveira

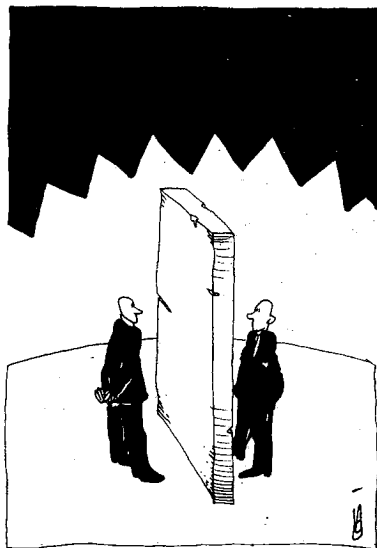
A missão brasileira de alto nível que está em Washington (EUA) manterá audiência com o subsecretário para assuntos internacionais do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos da América (EUA). O encontro será decisivo na determinação dos rumos das negociações brasileiras junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e bancos credores privados estrangeiros.

O Brasil vai sondar o Tesouro dos EUA sobre a possibilidade de o País comprar, com verbas de sua própria reserva cambial, 3,2 bilhões de dólares em títulos emitidos por este órgão. Eles servirão como garantia do pagamento da dívida de 36 bilhões de dólares junto aos bancos credores.

Esses contratos têm prazo até novembro para serem assinados. O Acordo prevê que a formação das garantias tem participação de 1,6 bilhão de dólares do Brasil. A outra metade de empréstimos do FMI, Banco Mundial (Bird), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da parcela que vier a ser proporcionada pelo bônus de dinheiro novo.

Obstáculo — O problema é que essa metade só se viabilizará se o Brasil fechar acordo com FMI. Diante da possibilidade de isso não ocorrer até novembro, o País trabalha com a alternativa de bancar toda a garantia. Isso seria viável, porque as reservas superaram 23 bilhões de dólares.

Entretanto, não é comum o Tesouro dos EUA vender títulos a



países que não tenham acordo em operação com o Fundo. Desde agosto do ano passado, o atual está suspenso. O Brasil não conseguiu cumpri-lo e problemas políticos vêm impedindo sucessivamente sua renegociação.

A visita ao Tesouro servirá para sondar a possibilidade de abertura de exceção. Se for necessário esse tipo de operação, os bancos credores serão fonte de pressão. Eles desejam fechar acordo para receberem seus créditos junto ao Brasil. Os bancos dos EUA detêm metade deles.

Relógio — Paralelamente, a missão brasileira estará traçando uma agenda de trabalho junto ao FMI. Ela deverá ter a previsão de uma data para fechamento de novo acordo **stand by** ou a continuidade do atual, assinado em janei-

ro do ano passado, quando Márcio Marques Moreira era ministro da Economia.

Esse tipo de acordo é composto por metas econômicas trimestrais, que se não cumpridas levam à sua suspensão, garantida a possibilidade de renegociação. Quando isso ocorre, os empréstimos desembolsados em parcelas trimestrais são interrompidos. A missão atual não fará negociação direta nesse sentido.

A agenda com o FMI passará a nortear as ações brasileiras no âmbito da normalização do pagamento de toda a dívida externa. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, espera obter o sinal verde do FMI em setembro. Se essa previsão otimista se realizar todos os os problemas de curto prazo com relação à dívida externa estariam resolvidos.

Pressão — Os técnicos também vão manter audiências com membros do Banco Mundial e BID, cujo presidente, Enrique Iglesias, afirmou em recente visita ao Brasil, que sem acordo junto ao FMI, não há empréstimo. A posição tradicional do Banco Mundial é a mesma.

Sem acordo com o FMI, O Clube de Paris pode romper o acordo de 1992. As regras anteriores de pagamento, que o Brasil não vinha cumprindo por serem muito "pesadas" financeiramente, voltariam a vigorar, dificultando a composição de pagamento de juros da dívida externa. A missão é chefiada pelo secretário de Política Econômica, Winston Fritsch.